

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

PREZADO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Pregão Eletrônico nº 04/2019 – OBJETO: Contratação de Leiloeiro Oficial
Processo Administrativo nº 08129.002051/2019-50

SERGIO AUGUSTO DOS SANTOS, Leiloeiro Oficial, Brasileiro, devidamente matriculado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o nº 298/14, inscrito no CPF: 380.654.360-72, RG: 4026366171 SSP/RS, vem à presença de Vossa Excelência, no processo administrativo supracitado, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO

interposto pelo Sr. Rennan Parmeggiani Dall'astra, já qualificado, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

I) BREVE SÍNTESE

Sérgio Augusto dos Santos, ora recorrido, participou de pregão eletrônico que visa a contratação de Leiloeiro Oficial para atuação no Estado do Rio Grande do Sul (item 7 do edital), que iniciou em 27/03/2019 e encerrou sua fase de aceitação em 06/05/2019.

Após a abertura da fase de apresentação de propostas e lances, as doze (12) propostas tiveram a sua admissibilidade analisadas resultando no empate de sete (07) destas, conforme informação nº 02/2019, tendo sido designado sorteio para desempate nos termos do edital.

A partir disso, foi realizado o sorteio o qual foi transmitido em tempo real na rede mundial de computadores, tendo sido sorteado vencedor o ora recorrido, nos termos da ata de sessão pública (SEI/MJ – 8537321 – Ata).

Iniciou-se, então, a fase de aceitação e habilitação dos licitantes, conforme notas técnicas 12/2019 e 33/2019, no qual foi lavrado parecer reconhecendo o atendimento aos critérios editalícios, bem como aceitando e habilitando a proposta do ora recorrido.

Diante da habilitação, o licitante Rennan Parmeggiani Dall'astra apresentou recurso administrativo ao pregão eletrônico nº 04/2019 requerendo, em síntese, a desclassificação dos licitantes sorteados em 1º e 2º lugar, bem como a declaração do recorrente como vencedor.

Para tanto, alega, em suma, o descumprimento de cláusulas editalícias, a violação dos princípios de imparcialidade e isonomia, bem como do caráter competitivo do certame. Ocorre que referidas alegações não merecem prosperar, uma vez que se tratam de meras irresignações quanto ao resultado da licitação como se demonstrará a seguir.

II) DA ATITUDE DO RECORRENTE

Inobstante as alegações infundadas lançados pelo recorrente, o mesmo age de forma a tumultuar e prejudicar o regular andamento do presente pregão, eis que atua em descumprimento às normas e leis da Leiloaria Oficial, conquanto, possui sua atuação restrita somente ao estado em que se encontra matriculado.

Ocorre que o recorrente se inscreveu nos lotes/itens 3 (Paraná) e 8 (Santa Catarina) sem possuir a matrícula necessária para atuação nestes Estados, ou seja, demonstrando nitidamente o desrespeito às normas do edital e legislação vigente, conforme Portaria n. 11, de 29/03/2019, publicada na data de 03/04/2019 no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC e relação de Leiloeiros emitida pela Junta Comercial do estado do Paraná (http://www.juntacomercial.pr.gov.br/arquivos/File/Leiloeiros/LEILOEIROS_POR_ANTIQUIDADE-_HABILITADOS_-_2018.pdf).

É o que dispõe os itens 7.10 (Certidão de matrícula como Leiloeiro Oficial emitida pela Junta Comercial do estado) e 7. 11 (Declaração atestando a regularidade do Leiloeiro Oficial perante a Junta Comercial do estado) e Art. 25, da IN 17/13 do DREI, Art. 2º da IN 113/10 DRNC e Art. 1 e 2º do Decreto-lei 21.981/32.

Fica cristalino, assim, a intenção da parte de vencer o certame, ainda, que dissonante dos requisitos legais e editalíssimos.

III) DA INÉPCIA DO RECURSO

O recurso da parte recorrente deve ser declarado inepto eis que está eivado de vícios. O primeiro deles refere-se a omissão do recorrente de seu número de matrícula, requisito este necessário para a identificação e comprovação deste como leiloeiro oficial e, consequentemente, possibilidade e interesse no procedimento recursal.

Ainda, o recorrente não menciona o pregão ou processo administrativo ao qual deseja manifestar-se, carecendo assim das exigências legais para a sua admissibilidade.

Além disso, os argumentos apresentados pelo recorrente baseiam-se unicamente na lei 8.666/93, quando, em verdade, o presente procedimento de pregão eletrônico obedece a legislação específica disposta na lei 10.520/02, aplicando, somente de forma subsidiária, a lei de licitações.

Deste modo, os argumentos levantados pelo recorrente não assistem razão, uma vez que baseiam-se na aplicação de normas diversas ao legalmente previsto ao procedimento do pregão eletrônico.

Diante do exposto, requer, preliminarmente, que o recurso seja declarado inepto e, consequentemente, extinto sem o julgamento do mérito, procedendo-se na adjudicação do objeto.

IV) DA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Caso não seja aceita a tese de inépcia acima, o que desde já não se espera, não assiste melhor sorte ao recorrente pelos motivos e fatos que passa a expor.

a. Inexistência de descumprimento de normas editalícias

Equivoca-se a parte recorrente quanto a identificação realizada pelo recorrente no campo descrição do objeto, uma vez que o próprio edital prevê em seu item 4.5 que:

" 4.5. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

[...]

4.5.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência:

4.5.3. Identificação completa do Leiloeiro Público Oficial (nome, endereço, CI, CPF, telefone, email e número de inscrição na Junta Comercial);" [Grifei]

Assim, conforme comando do próprio edital, era necessário que o licitante preenchesse no sistema eletrônico a sua completa identificação, sendo o único campo disponível para tanto o campo de "Descrição do objeto" no sistema COMPRASNET – SIASG.

É clara e cristalina o exposto comando de identificação, pois a descrição do certame já está explicitada na descrição do pregão e no lote de lance, qual seja a contratação de Leiloeiros Oficiais para realização de leilão no lote 07 – Rio Grande do Sul.

Ainda, não assiste razão ao argumento de descumprimento à cláusula 5.13 do edital, eis que esta cláusula diz respeito a identificação no decurso da SESSÃO PÚBLICA e não durante a fase de propostas no sistema. Todos os licitantes tinham acesso aos dados de Nome, CPF e percentual ofertado inicialmente durante todo o decurso da sessão cumprindo na realidade com o princípio da transparência e publicidade, conforme relação encaminhada (extraída durante o certame).

Replico a cláusula supracitada:

"5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante" [Grifei]

Deste modo, não assiste razão ao recorrente, razão pela qual requer o indeferimento do recurso.

b. Ausência de violação dos princípios

Além do descumprimento editalício, alega o recorrente que a identificação do recorrido no certame viola os princípios constitucionais da administração pública que preveem a igualdade de condições.

Contudo, ao contrário do que pensa a recorrente, a concorrência da presente licitação não foi realizada mediante o anonimato, sendo possível, em verdade, visualizar os participantes desta através do sistema de pregão eletrônico de forma a promover a transparência e publicidade do certame.

Além disso, em nenhum momento explana ou aponta o recorrente a forma como a identificação do licitante poderia prejudicar ou ferir os princípios de imparcialidade e isonomia do certame, meramente, em verdade, citando-os como prejudicados.

Na verdade, imperioso ressaltar que o art. 4º da lei nº 10.520/02, regradora do procedimento adotado neste certame, que prevê a necessidade da identificação e qualificação dos participantes na fase externa do pregão.

Art. 4º - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

VI - no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

Desta forma, em nenhum modo assiste razão ao recorrente, razão pela qual requer o indeferimento do recurso.

c. Inexistência de vício insanável e prejuízo as partes

O recorrente alega em seu recurso a existência de vício insanável e a ocorrência de prejuízo aos demais licitantes, requerendo assim a exclusão das propostas vencedoras e a sua decretação como vencedor.

Ao contrário do que alega o recorrente, a identificação do licitante não causou impactos ao regular andamento do certame, bem como não ocasionou quaisquer prejuízos as partes.

Ocorre que a seleção da proposta vencedora se deu através de sorteio público (itens 5.19 e 5.20 do edital), devido ao empate das propostas oferecidas em iguais condições, não afetando assim a imparcialidade e isonomia do processo licitatório.

Importante frisar que os atos do sorteio foram acompanhados por quatro testemunhas e três advogados da União, estando desta maneira em conformidade com os princípios da transparência e da administração pública, bem como o recorrente em nenhum momento arguiu qualquer irregularidade do procedimento de sorteio.

Tão incongruente se mostram os argumentos e pedidos da parte recorrente, eis que alega a existência de vício insanável no sorteio, mas requer a manutenção de seu resultado para que ocorra a sua convocação.

Tal situação demonstra a real intenção e/ou motivação da parte, qual seja, a mera irresignação em não ter sido sorteada na sessão pública e através de recurso claramente infundado com o objetivo de se tornar o vencedor.

Ora, se o sorteio possui vícios ou nulidades, o pedido que a parte deveria logicamente ter feito seria o da anulação do ato, mas como o mesmo se encontra em terceiro lugar, este dirigiu seu recurso quanto ao primeiro e segundo colocados, almejando, em uma vã tentativa, desclassificar as propostas dos licitantes sem qualquer embasamento legal ou jurídico para tanto.

Tal ato da parte não pode ser admitido, eis que vai contra todos os preceitos e fundamentos legais constantes e observados no presente pregão. Ademais, diversas foram as diligências e os cuidados tomados pela comissão de pregão, seja pelas diversas consultas à área técnica, pareceres e notas atestando a regularidade tanto do certame quanto dos documentos do ora recorrido.

O recorrido teve sua proposta e documentos analisados durante todo o certame, enquanto o recorrente, ao contrário do recorrido, nada demonstrou ou comprovou qualquer regularidade, sequer apresentando documentos para análise, ato a que o recorrido passou e foi declarado habilitado.

Diante do exposto, inexistente razão ao recorrente, pelo que requer o indeferimento do recurso.

V) Dos Pedidos

Face o acima exposto, requer:

- 1) Preliminarmente, seja o recurso indeferido, sem análise de mérito, nos termos do item III;
- 2) Caso não seja aceita a tese do item III, requer o reconhecimento da ausência de descumprimento das normas editalícias e, em razão disso, a improcedência do recurso, nos termos do item III, a);
- 3) Sucessivamente, requer o reconhecimento da inexistência de violação dos princípios e, em razão disso, a improcedência do recurso, nos termos do item III, b);
- 4) Sucessivamente, requer o reconhecimento da ausência de vício insanável e prejuízo as partes e, em razão disso, a improcedência do recurso, nos termos do item III, b);

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Esteio, 13 de Maio de 2019

Sergio Augusto dos Santos
Leiloeiro Público Oficial
JUCISRS 298/14

Fechar